

O papel da psicologia escolar na perspectiva da análise institucional

Marcele Pereira da Rosa Zucolotto¹

Luiza Bäumer Mendes²

Resumo: Este estudo busca compreender as contribuições da Análise Institucional para a Psicologia nas instituições escolares. Procedeu-se um estudo sobre alguns conceitos do movimento institucionalista, bem como uma crítica à atuação inspirada no modelo clínico de compreensão individualizante dos problemas escolares que marcou a história da Psicologia. Percebeu-se que a Análise Institucional traz importantes ferramentas para que a Psicologia possa se autoanalisar e apontar para uma outra perspectiva de atuação na instituição escolar, muito mais contextual, institucional e social.

Palavras-chave: Psicologia; Processos Educacionais; Análise Institucional.

The role of school psychology in the institutional analysis perspective

Abstract: This study seeks to understand the contributions of Institutional Analysis to psychology in school institutions. A study was carried out on some concepts of the institutionalist movement, as well as a critique of the action inspired by the clinical model of individualising comprehension of the school problems that marked the history of Psychology. It was noticed that the Institutional Analysis brings important tools so that Psychology can self-analyze and point to another perspective of action in the school institution, much more contextual, institutional and social.

Keywords: Psychology; Educational Processes; Institutional Analysis.

Introdução

O presente estudo tem o intuito de abordar as questões que envolvem a Psicologia com relação à educação, bem como as práticas do psicólogo no contexto escolar. Tem-se como objetivo refletir sobre as possíveis contribuições e problematizações da prática da Psicologia dentro do ambiente escolar, através do viés teórico da Análise Institucional. Discutir sobre os fazeres que estão ao alcance do psicólogo, auxiliando a instituição escolar a pensar sobre os processos que nela ocorrem, sobre as relações que nela se organizam, sobre as problemáticas sociais que nela se encontram, também são questões delineadas nesse trabalho.

Desse modo, realizam-se algumas reflexões teóricas sobre a Análise Institucional (LAPASSADE, 1998) com o intuito de perceber alguns efeitos da mesma para a prática do psicólogo(a) que atua dentro das instituições escolares. Assim, são estudados alguns dados que fundamentam a teoria da Análise Institucional, buscando perceber a forma como ela pode se apresentar, por meio da atuação da Psicologia no contexto

¹ Doutora e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Professora Adjunta do Curso de Psicologia e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN/Santa Maria-RS).

escolar. Alguns conceitos que são pensados a partir do movimento institucionalista como o conceito de instituição, instituído e instituinte, são trabalhados de forma a compreender a escola a partir de um lugar que se desenvolve através das relações que a permeiam, e, portanto, a constituem. Ou seja, são conceitos que fundamentam a percepção de um outro olhar e uma outra postura e comprometimento ético do psicólogo para com a instituição escolar.

Para o entendimento desses aspectos, é necessário organizar uma breve revisão histórica sobre a relação da Psicologia com a educação de um modo geral e sobre a sua inscrição dentro da instituição ensinante, para que se possa refletir sobre essa prática a partir de um viés histórico. A forma como a Psicologia é vista e percebida dentro das escolas na atualidade está intimamente relacionada com toda a construção histórica, social e cultural que foi demarcando noções e ideias sobre o trabalho do psicólogo nas escolas (ANDALÓ, 1984). Em virtude dessa história cultural, ainda hoje há uma expectativa e uma demanda de que a atuação da Psicologia esteja voltada à prática clínica individual, ao trabalho de psicodiagnóstico e ao tratamento de casos de alunos-problema (PAINI, ROSIN e CAMBAÚVA, 2010). Entretanto, o que se considera aqui é que a Análise Institucional acaba trazendo uma outra perspectiva de prática para a Psicologia na instituição escolar, fomentando justamente uma proposta que possa ir além desse âmbito clínico, mas que compreenda e dê suporte a partir dos seus conceitos, aos sujeitos na instituição através de um trabalho mais contextual, institucional e social.

Este estudo emerge a partir da necessidade de problematizar e repensar as formas como a Psicologia vem construindo sua atuação dentro das instituições escolares. Nesta direção, essa reflexão crítica surge frente a inúmeras inquietações e indagações quanto aos modelos tradicionais de atuação da Psicologia no espaço escolar. Ou seja, são modelos que individualizam o sujeito, que o excluem do seu próprio processo de aprendizagem e muitas vezes tão somente o culpabiliza pelo seu fracasso. Por meio da Análise Institucional, a Psicologia tem ferramentas para poder repensar a sua prática na instituição escolar, construindo as bases para proporcionar uma compreensão de sujeito que está para além do seu problema, através de um entendimento mais contextualizado das relações institucionais escolares.

Assim, este trabalho é de natureza qualitativa, de revisão bibliográfica e de caráter exploratório, onde a finalidade é tentar compreender, desenvolver e esclarecer conceitos para estudos futuros (GIL, 2006). Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, os objetos de análise foram os estudos sobre a história da Psicologia vinculada ao contexto educacional e alguns conceitos da Análise Institucional. Os resultados e discussões se constituem como apontamentos e reflexões que buscam compreender as contribuições da Psicologia, inspirada na Análise Institucional, para atuação nas instituições escolares.

Apontamentos sobre a história da Psicologia na escola

A partir do início do século XX começaram a ser divulgados amplamente os escritos de Freud sobre a Psicanálise, tratando-se de uma teoria que tinha o enfoque no indivíduo e nas suas relações interpessoais como uma forma de determinar a sua personalidade e seu modo de se relacionar com o mundo. A Psicanálise foi trazida ao Brasil por médicos e, a partir disso, introduziu-se um modelo de Psicologia Escolar claramente inspirado na teoria e técnica psicanalítica e, portanto, bastante ligado a um modelo de atuação clínico-médico, que tinha o objetivo de psicodiagnosticar e solucionar os problemas psíquicos das crianças que tinham dificuldades de aprendizagens nas escolas (LIMA, 2005).

A atuação da Psicologia se caracterizava, naquela época, por medir as habilidades e classificar as crianças a partir da sua capacidade de aprender, com o objetivo de manter a qualidade e a organização dos processos educacionais na escola, a partir de intervenções e técnicas psicológicas. De acordo com Andaló (1984), o trabalho

do psicólogo se concentrava em diagnosticar os alunos, principalmente através de testes psicológicos, bem como em proporcionar a aprendizagem das crianças que não obtinham o êxito esperado nos processos educacionais. No entanto, durante esse período a Psicologia ainda estava focada apenas nos problemas dos alunos de uma forma individualizada e sem uma compreensão mais global acerca do sujeito, ou seja, sem conseguir entendê-lo em meio às relações escolares como um todo (PATTO, 1984).

Salienta-se que, embora os psicólogos desenvolvessem trabalhos grupais, como por exemplo com alunos ou professores, de alguma forma o objetivo principal era olhar para o sujeito de forma individualizante, pois não se considerava todo o contexto socioeconômico, político e cultural dos sujeitos, reforçando o modelo médico-clínico (LIMA, 2005).

Entretanto, a partir dos anos 80 e 90, teve início um movimento que se dedicou a analisar criticamente a atuação da Psicologia na instituição escolar e os problemas de aprendizagem ganharam um olhar mais amplo e atento, de modo a poder se pensar que essas questões não diziam respeito somente ao aluno, mas que reverberavam a partir de todo um contexto histórico, cultural, político, econômico e social (LIMA, 2005).

Nesse sentido, quando esses movimentos se fortaleceram, a Psicologia passou a ter que produzir novas formas e práticas de atuação, que superassem o modelo clínico e que fossem inclusive políticas, problematizando e refletindo sobre as reais dificuldades no que diz respeito ao contexto social e cultural em que se vive. A Psicologia pôde, então, ser pensada dentro do ambiente educacional a partir de uma outra lógica, de um princípio que não fosse exclusivamente o de psicodiagnosticar os alunos, ou tentar encontrar uma solução para o “aluno-problema”. Ou seja, surge, para a Psicologia Escolar, um outro enfoque, uma outra possibilidade de olhar e de compreender o sujeito a partir do meio no qual está inserido, levando em consideração a comunidade e a família a qual pertence, bem como a instituição que passa a ser entendida como algo que também constitui este sujeito. Ocorre, para a Psicologia, a possibilidade de olhar o indivíduo através de todo um complexo de relações, através de uma compreensão que o envolvesse e não simplesmente no fechamento de um diagnóstico.

Desse modo, Paini, Rosin e Cambaúva (2010) relatam que foi a partir dos anos 90 que começaram a ser aprofundados estudos e reflexões sobre as contribuições e a atuação da Psicologia Escolar. Reflexões acerca das relações sociais foram sendo abordadas pela própria Psicologia de um modo geral e, com isso, foi surgindo um outro modelo para a Psicologia Escolar, a partir de uma atuação muito mais crítica, que passou a considerar a cultura e o meio social como fatores fundamentais para refletir sobre os aspectos psicológicos. Passou-se, então, a perceber uma Psicologia mais ativa socialmente, comprometida com o ambiente educacional para além de individualizações, assim como percebendo os sujeitos como seres complexos dentro das suas próprias singularidades.

Guzzo, Mezzalira, Moreira, Tizziei e Neto (2010) destacam também que, aos poucos, o psicólogo escolar foi se voltando para a promoção de aprendizagem dos alunos, a partir de uma perspectiva mais ampla dos sujeitos, levando em consideração a sociedade, a comunidade e a cultura, para pensar sobre esses sujeitos que estão em processo de formação dentro da instituição escolar. A Psicologia Escolar pôde, com isso, começar a proporcionar aos alunos um olhar diferenciado, atento às suas particularidades e singularidades, observando os sujeitos a partir de cada contexto, de cada realidade, podendo estar presente e ativa para toda a comunidade escolar.

Apesar dessa história de revisão de suas práticas, a Psicologia, de um modo geral, ainda hoje permanece relacionada diretamente ao modelo clínico tradicional e ainda é dessa forma que a Psicologia acaba sendo percebida atualmente nas escolas. Desde o momento em que a Psicologia adentrou o espaço escolar, esse modelo passou a fundamentar a sua prática, sendo que dificilmente espera-se uma atuação diferente do psicólogo dentro da instituição escolar.

Entretanto, a problemática aqui se constitui a partir de um viés onde a Psicologia possa atuar de forma a compreender e dar lugar ao sujeito a partir de um olhar que não o individualize e o culpabilize pelo seu fracasso, mas poder olhar para ele a partir de um todo que o rodeia e o constitui. Quando se realiza esse exercício de poder olhar o sujeito para além daquilo que realmente é visto, dando lugar para todas as esferas que o constituem, isso é contextualizá-lo. Ou seja, torna-se urgente observar o sujeito no meio onde vive, a forma como ele se relaciona com as pessoas, a forma como as pessoas se relacionam com ele, o modo como ele estabelece relações que também o constituem.

São essas reflexões que a Psicologia pode e deve proporcionar às instituições escolares, buscando fazer com que todos os segmentos da escola, a direção, os professores, funcionários, estudantes, familiares e a comunidade escolar, possam desenvolver um olhar diferenciado e crítico frente às situações cotidianas e aos próprios sujeitos. Nesse sentido, a Psicologia retira-se desse lugar de psicodiagnosticar, proporcionando um ambiente institucional que olhe e perceba as inúmeras esferas dos sujeitos, ampliando inclusive a forma de organizar e de pensar da própria instituição como um todo. É neste sentido, como se verá adiante, que a Análise Institucional surge como importante arcabouço teórico para ajudar a Psicologia a refletir sobre a escola e nela atuar. Pensar a escola a partir da Análise institucional faz entendê-la como um campo múltiplo de relações em que os problemas escolares ultrapassam o indivíduo, devendo ser compreendidos como sociais, culturais e relacionais.

Análise Institucional

De acordo com Rocha (2006), o movimento institucionalista inicia-se na França por volta da década de 60, sendo posteriormente trazido para a América Latina, inclusive para o Brasil, a partir de referências como Lourau (1975; 1993), Lapassade (1998), Guattari (2004), Barembliitt (2002), Saidon (1983), entre outros. A Análise Institucional, iniciada através do movimento institucionalista, pensada a partir da Sócioanálise, com Lourau e Lapassade, e da Esquizoanálise com Deleuze e Guattari, surgiu como uma forma de poder perceber as instituições e suas relações através de uma outra forma, para além de um lugar e espaço meramente físico, mas a partir de um atravessamento que produz subjetividades, ou seja, como um conjunto de relações que vão produzindo formas de ser sujeitos e de se relacionar (RODRIGUES, 2000).

Segundo Garcia (1996), a Sócioanálise parte de uma perspectiva mais sociológica e política acerca do trabalho institucional, percebendo a instituição como um sistema de definições em relação à realidade social e sobre os comportamentos, atribuindo-lhes valores. Nesse sentido, a Socioanálise teria como finalidade realizar uma intervenção voltada para a construção de maneiras para que o próprio grupo pudesse se autogestionar, ou seja, para que o grupo pudesse desenvolver autonomia. Assim, o conceito de autogestão se torna importante, pois permite que a instituição consiga desenvolver um “olhar para si”, para o seu próprio funcionamento e sua organização e, a partir disso, poder pensar mudanças e novas formas de operar. A Socionálise objetiva, portanto, dar condições para que desponte o momento em que a própria instituição perceba que ela mesma pode fazer esse exercício e essa reflexão sobre as relações e sobre tudo que a envolve e que isso simplesmente depende dela, desse todo institucional.

Já a Esquizoanálise surgiu a partir de Deleuze e Guattari como uma vertente que se propôs a pensar o conceito de subjetividade como uma forma de produção e constituição histórica, para ser pensada além da individualidade, mas com uma visão mais crítica com relação aos problemas sociais, políticos e econômicos. A partir disso, a atuação esquizoanalítica se propõe, então, a poder pensar a instituição através das possibilidades e dos investimentos sociais que ali estão, percebendo quais são as potencialidades institucionais (GARCIA, 1996).

Barembliitt (2002) acrescenta que o movimento institucionalista parte de um ideal de tentar

proporcionar às comunidades e aos coletivos processos de autoanálise e de autogestão. A autoanálise parte de um pressuposto onde o coletivo, sendo protagonista das suas necessidades, desejos, demandas e de seus problemas, pode adquirir uma forma de pensar e de refletir sobre as suas relações e sobre as situações que ocorrem sem que necessite de alguém que venha de fora e faça essa compreensão. Na autogestão, é como se não houvesse denominações de hierarquia, de modo que as tomadas de decisões são realizadas coletivamente.

A partir do movimento institucionalista, percebe-se que o próprio conceito de instituição passa a ser repensado, não sendo mais entendido como sinônimo de uma estrutura física organizacional, mas sim, como um todo imaterial que se constitui a partir de práticas sócio-históricas que refletem no que diz respeito à dimensão dos valores, das tradições, do modo como as ações ocorrem no cotidiano. Segundo Lapassade (1998) instituição, portanto, passa a ser compreendida, a partir do movimento institucionalista, como uma dimensão que é, ao mesmo tempo, produto de relações históricas e sociais e produtora de modos de ser, de pensar, de se relacionar e, portanto, de se tornar sujeito. Assim, por meio da Análise Institucional, a instituição passa a ser vista não como meramente um lugar e espaço físico, mas um espaço-tempo contextual, produtora de subjetividades, onde sujeitos se constituem a partir de seus atravessamentos com a própria instituição (ROCHA, 2006). Entretanto, ainda relacionado ao conceito de instituição para o movimento institucionalista, é importante acrescentar que há sempre a possibilidade de surgimento de um processo de institucionalização onde se materializam as instituições em organizações ou estabelecimentos (BAREMBLITT, 2002).

Além disso, o conceito de instituição diz respeito a decisões lógicas que orientam as atividades humanas, constituindo aquilo que é proibido e o que é permitido institucionalmente. Em toda instituição existe um movimento que produz o instituinte e um resultado, o instituído. O instituído relaciona-se com um papel histórico que delimita as atividades sociais que são essenciais e aceitáveis para a vida coletiva institucional, o que faz com que esse instituído tenha uma tendência a permanecer estático, sendo bastante resistente e conservador. O instituinte, por sua vez, se caracteriza por ser um processo desejante e revolucionário que tende a transformar ou fundar novos valores, novas maneiras de ser da instituição. Através desses movimentos instituído-instituinte, que perpassam a instituição como um todo, algumas questões, que já estavam naturalizadas e tidas como verdades absolutas, podem ser repensadas nas instituições para que possam ser passíveis de transformações e ou mudanças.

Lapassade (1998) corrobora com isso ao trazer a ideia de que a instituição está para além de um lugar físico e concreto, perpassando uma questão de atos e de ideias. Para o autor, a instituição é formada e composta através das relações que ali se estabelecem, a forma como essas relações ocorrem e a dinâmica desses processos institucionais caracterizam o movimento institucional. Com isto, pode-se pensar que a escola sozinha não é uma instituição, ela passa a ser uma quando estiver englobada nas relações que se dão a partir do contexto escolar, nas relações entre alunos e professores, entre a equipe diretiva, com todos os segmentos que fazem parte de uma escola.

Com relação a isso, em “Vigiar e Punir”, Foucault (1998) disserta acerca das práticas de poder que se estabelecem por entre os diversos campos sociais e que estão, ao longo do tempo, atravessadas por entre os diferentes tipos de instituições. Para o autor, as instituições como as prisões, os hospitais, os exércitos, enquadram os sujeitos entre espaço e tempo, de forma que os movimentos de controle são intensificados pela rede e salientados pelo poder hierárquico historicamente estabelecido.

Nesse viés, percebe-se a importância de refletir sobre questões que envolvem a instituição, a partir de uma compreensão teórica onde se percebe que a instituição produz relações e faz parte da construção de subjetividades. A produção de subjetividades está inteiramente relacionada com a sociedade e, portanto, com as instituições que nela existem, com as formas que as pessoas se relacionam, envolvendo questões

sociais, políticas e econômicas. Com isso, pode-se pensar o quanto é importante e necessário analisar a forma como se produzem subjetividades dentro das instituições, junto a elas, percebendo que a construção subjetiva também está atravessada pelas relações institucionais ali estabelecidas (BAREMBLITT, 2002). Nesta direção, Souza (2005) acrescenta que a subjetividade se constitui como uma possibilidade da realização de viver a existência de uma forma única, ela não está ligada e relacionada simplesmente ao indivíduo, pois há singularizações presentes em grupos e em instituições. Assim, é através desse conceito de subjetividade que se pode pensar a importância da construção subjetiva dentro das instituições, visto que ela faz parte desse todo, desse lugar institucional (SOUZA, 2005).

No que tange à Análise Institucional, Lapassade (1998) ressalta ainda a importância de se pensar para além dos pequenos coletivos, colocando a necessidade de se refletir sobre as instituições como amplamente permeadas no campo social. E, nesta direção, a Análise Institucional ressalva que aquilo que diz respeito a uma ordem da organização, ao grupo como um todo, deve ser percebido e analisado através de intervenções que tentam problematizar e, de algum modo, questionar os instituídos, buscando provocar ou gerar novos instituintes sempre que se fizerem necessários para a própria instituição (RODRIGUES, 2000).

Levando em consideração esses aspectos, a Análise Institucional configura-se como uma análise das contradições sociais, das relações que se estabelecem nas instituições, análise dos movimentos entre instituído e instituinte. A Análise Institucional destaca o que acontece institucionalmente, mas que muitas vezes acaba não sendo visto, não sendo percebido em meio a tantos atravessamentos que perpassam a instituição. No entanto, a Análise Institucional lembra que aquilo que já está pré-estabelecido e que muitas vezes não é tão visível, acaba não sendo problematizado, mas que, ao ser problematizado, pode também ser transformado (LAPASSADE, 1998).

Pereira (2007) disserta sobre a ideia de que a análise institucional se caracteriza por ser um movimento coletivo, que envolve o todo da instituição, visando realizar uma análise sobre as relações produzidas na instituição e as práticas já estabelecidas. É importante que se possa fazer emergir o não-dito, isso a partir de métodos analisadores que coloquem os sujeitos em uma reflexão e subversão das suas práticas e ações dentro do campo institucional. O objetivo dessa prática é justamente um processo de autoanálise sobre o próprio funcionamento da instituição, o qual muitas vezes já está tão naturalizado e estagnado, buscando desnaturalizá-lo e promover, a partir disso, um novo clima de relações entre os indivíduos e no ambiente institucional como um todo.

Assim, a Análise Institucional permite que se possa articular e observar as relações, perceber os elementos e as situações, os problemas e, inclusive, as potencialidades institucionais. O analista institucional vai estar apto e atento a todas as articulações perceptíveis ou não da instituição para que ele possa, de alguma forma, construir reflexões de dentro da instituição, buscando nas relações e nos vínculos ali estabelecidos, aquelas transformações que, para a própria instituição, se colocarem como imperativas. Desse modo, o analista institucional está implicado nesse movimento, ele faz parte desse meio, desse campo, o que o torna parte, membro desse contexto. É um sujeito que não está alheio ao que acontece, ele está dentro das relações e das vivências diárias, dentro da instituição escolar, daí a importância do conceito de implicação para a Análise Institucional (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004).

Pelo fato de o analista institucional sempre estar implicado no contexto institucional, Lapassade (1998) ressalta o quão importante é não estabelecer e criar vínculos de dependência entre instituição e analisador. O trabalho dessa análise deve partir justamente do princípio de que, aos poucos, a própria instituição se autorize e se organize de modo que possa produzir, criar e recriar as transformações necessárias, a partir da sua própria autonomia e percepção. Desse modo, um dos principais objetivos da Análise Institucional está relacionado à transformação, às mudanças, sendo fundamental proporcionar

dentro da instituição um ambiente em que ela própria se problematize, que repense o seu fazer e possa sempre reformular suas práticas instituídas, levando em conta suas próprias necessidades.

Psicologia, escola, Análise Institucional: repensando práticas

A Psicologia, utilizando-se da teoria da Análise Institucional, questiona a sua prática e faz uma crítica em relação ao modelo médico-clínico que respaldou sua história no campo escolar. Com base nessa abordagem, é que se pode pensar sobre uma atuação da Psicologia muito mais a partir de um viés problematizador, mais inquieto com as relações e com as questões institucionais. A Psicologia, inspirada na Análise Institucional, é pensada e elaborada partindo de um conhecimento sobre os acontecimentos históricos, sociais e políticos que perpassam o campo no qual ela se debruça, a fim de realizar uma investigação sobre o coletivo ou grupo, que vai sustentar e embasar as possíveis intervenções, deslocando-se de uma prática exclusivamente voltada para as questões psíquicas de um indivíduo.

É interessante que se perceba a prática da Análise Institucional não somente como uma técnica, ferramenta ou um procedimento a ser realizado na instituição, mas, para além disso, ela se configura em uma outra postura, ela é um outro olhar sobre o contexto e suas relações (ROCHA, 2006). Nesse sentido, é importante pensar que a prática da Psicologia através dessa teoria pode possibilitar e proporcionar à instituição esse olhar diferenciado aos sujeitos, às situações e às relações que permeiam e que fazem parte do contexto escolar.

A Psicologia inspirada na Análise Institucional acaba, então, desenvolvendo um papel fundamental na escola, pois pode proporcionar uma escuta diferenciada ao todo escolar, buscando fazer com que todos os atores escolares façam parte e se envolvam com os processos e aprendizagem que ocorrem na escola. Ou seja, não só os estudantes devem se implicar com suas aprendizagens, mas também professores e coordenação. E, se o aluno não aprende, todos também devem ser responsabilizados, não apenas o aluno. A Análise Institucional ajuda a Psicologia a ter ferramentas para mostrar à escola que, nesses casos em que o aluno não aprende, este não se configura no único fracassado no espaço escolar, mas vê-se toda uma rede institucional escolar fracassando.

O trabalho do psicólogo, portanto, é com a instituição escolar e, assim, ele vai estar atento a tudo o que envolve e faz parte da instituição: os alunos, os professores, a equipe diretiva, os funcionários, as famílias que compõem e fazem parte da escola, assim como a comunidade em que está inserida. Com relação a isso, é importante destacar que o psicólogo esteja implicado inclusive com as questões voltadas para a rede externa que tensionam a instituição (CFP, 2013) e, portanto, devem ser levando em conta os fatores políticos, as situações econômicas e sociais específicas que afetam, diretamente, a instituição escolar. É poder perceber que o psicólogo pode e deve participar de todos os movimentos da escola, de todas as esferas que constituem o movimento escolar, e poder proporcionar uma atenção diferenciada, dando lugar e importância às situações que um profissional de outra área não perceberia (MARINHO-ARAÚJO, 2005).

Atualmente, pode-se pensar inclusive que a Psicologia pode proporcionar à escola este outro olhar a partir das trocas com os demais atores dos processos educacionais e, juntamente com eles, pensar em meios práticos sobre como tornar a escola mais atrativa aos alunos. Percebe-se cada vez mais que os alunos não têm muito interesse e nem desejo de se inserirem ativamente tanto na escola. Cabe à psicologia problematizar e pensar juntamente com os professores e a equipe escolar ações práticas que possam interessar os alunos e que os envolvam dentro desse processo de escolarização.

Outrossim, o trabalho do psicólogo dentro das escolas deve ser pensado de uma forma diferente, no que diz respeito a esse referencial teórico e sobre a noção dos conceitos da Análise Institucional. O

enfoque do trabalho da Psicologia dentro das escolas não se dá, portanto, a partir do viés clínico, ou seja, são tensionadas questões sobre o modelo médico-clínico, o que não significa que ele não seja importante, mas, dentro das instituições, ele pode se tornar dificultoso e muitas vezes sem sentido. O foco da Análise Institucional é trazer e proporcionar um movimento de mudança, de transformação tanto para a instituição, quanto para as relações que nela estão estabelecidas, para que possam ter um outro olhar, um outro lugar.

Andaló (1984), discorre sobre o papel do psicólogo escolar a partir de um termo que ela chama de “agente de mudanças”. A autora traz que dentro da instituição escolar é fundamental que o psicólogo haja como agente de mudanças, atuando como um elemento catalisador de reflexões e transformações. Desse modo, a prática da Psicologia através da Análise Institucional leva em consideração os aspectos que chamamos de instituídos e instituintes e todas as relações que aí estão envolvidas. Assim, torna-se fundamental uma análise daqueles processos já instituídos na instituição escolar e que, de alguma forma, não contribuem para os processos do aprender, buscando-se, a partir disso, outras relações possíveis que, ao surgirem como instituintes, possam provocar transformações significativas nesse espaço escolar.

O papel da Psicologia frente a isso é justamente esse, o de tentar compreender e, ao mesmo tempo, tentar produzir novas significações, buscando fazer a instituição repensar e/ou reformular essas relações que já estão instituídas, podendo construir juntamente com todos os segmentos da instituição, um ambiente que se torne mais favorável à aprendizagem, mais acolhedor, com mais potencial criativo e onde haja uma maior comunicação. Faz parte da atuação do psicólogo na instituição escolar poder propor um espaço de reflexão e questionamentos sobre o modo de se trabalhar nela, fazer os próprios alunos, professores, funcionários, refletirem sobre como está o funcionamento da escola e se colocar ao lado deles para que juntos possam pensar em possíveis mudanças e melhorias para o ambiente da instituição (EIZIRIK, 2001).

É importante pensar que essa relação do aluno com a escola é muito significativa, pois grande parte do tempo do seu dia as crianças passam dentro dessa instituição. Além disso, a escola é o segundo principal grupo social onde a criança é inserida, é o seu primeiro contato com pessoas que não fazem parte da sua família. A escola deve ser um espaço para além do aprendizado especificamente, mas um lugar onde a criança se sinta acolhida, pertencida, onde ela não se sinta reprimida, onde sejam enaltecidas as suas habilidades individuais e em grupo para que seu desenvolvimento como um todo seja completo e eminentemente criativo (MARINHO-ARAÚJO, 2005).

A construção, a formação do sujeito está para além do seu ambiente e contexto familiar. Ela engloba algo mais amplo, tornando importante lembrar que as instituições também formam sujeitos e, portanto, fazem parte da construção da subjetividade dos mesmos. Para Pereira (2007), a forma como os relacionamentos estão delineados, as relações de poder e de saber subjetivam, formam pessoas e dizem respeito a uma produção subjetiva que está relacionada também à época em que se vive. Nesse viés, pode-se pensar que as instituições escolares acabam fazendo parte importantíssima da formação e da produção da subjetividade de todos os indivíduos que nela estabelecem relações. É crucial, portanto, que a escola perceba o quanto ela desempenha um papel fundamental e vital para a vida e para a construção desses sujeitos.

A Psicologia pode levar essas reflexões tecidas a partir da Análise Institucional para o contexto escolar, fazendo a escola perceber, repensar e/ou refletir sobre qual é o seu papel na vida dos alunos, e como essa instituição tem contribuído ou não naquilo que diz respeito à construção desses sujeitos que a frequentam. Faz parte da atuação da Psicologia pensar sobre essas questões, visto que é exatamente isso que norteia as práticas e o trabalho do psicólogo, a subjetividade e suas construções, a partir das relações que são estabelecidas.

A instituição escolar, fazendo parte da construção da subjetividade dos sujeitos que ali estão – assim

como toda instituição – ela, muitas vezes, molda, enquadra e generaliza esses sujeitos. A Psicologia vem justamente para tentar problematizar isso que por vezes já está naturalizado dentro da instituição. Pensar e repensar as formas, as normas, aquilo que já está estagnado e que não é mais questionado, pensando em formar sujeitos mais críticos que possam construir suas próprias opiniões e desejos, que não fiquem moldados a partir de algo pré-estabelecido, mas que se permitam, com a ajuda da instituição, construir o seu modo singular de existência e de relação com as questões que os rodeia.

A partir disso, a atuação da Psicologia dentro do contexto escolar se dá a partir de um deslocamento de demandas, de uma demanda já pronta por uma atuação clínica de “tratamento” de casos individualizados, para a possibilidade de construir, junto a própria instituição, uma demanda que não está pré-estabelecida, mas que se apresenta na possibilidade de fazer a própria instituição pensar sobre si, através da produção de espaços para discussão e compreensão da realidade que norteia a formação escolar dos sujeitos. Nessa perspectiva, a Psicologia tem como função poder sustentar questionamentos que permeiam alunos e professores entre o campo de saber e do aprender, do ensinar e do compreender, levando em conta que as circunstâncias políticas, econômicas e sociais não estão auxiliando a formação crítica dos sujeitos na atualidade.

Considerações Finais

A partir da análise desenvolvida, é possível perceber que a Psicologia, no contexto educacional, adquire com a Análise Institucional importantes ferramentas para se autoanalisar e perceber que tem condições – e necessidade – de não estabelecer uma relação individualizante com a instituição. Ou seja, por meio da Análise Institucional, a Psicologia percebe que os problemas escolares devem ser analisados e articulados de uma maneira a assumir a complexidade da instituição escolar e não, simplesmente, lançar mão daquelas práticas tradicionais vinculadas ao modelo médico-clínico e individual.

A prática da Psicologia nesse contexto está para além do sujeito individualizado e/ou culpabilizado, ela envolve os sujeitos e a instituição como um todo, se relaciona com o contexto e está diretamente atravessada pela subjetividade que é produzida a partir desse lugar que não é tão meramente físico.

Dessa forma, vê-se uma Psicologia atuando no contexto educacional com o propósito de desnaturalizar questões, problematizar situações, repensar, refletir sobre as relações que estão estabelecidas e sobre situações que ocorrem no cotidiano escolar. O trabalho da Psicologia a partir da Análise Institucional na escola está relacionado a tentar proporcionar mudanças, transformações, questionamentos. É uma prática de “agente de mudanças”, de poder pensar e ampliar o olhar ao sujeito, para não cair no risco de individualizá-lo e culpabilizá-lo acerca dos problemas do aprender. É justamente o contrário, poder ampliar a forma de olhar para o sujeito, compreender que ele não é formado somente por uma individualidade, e também por um conjunto de fatores, que envolvem seu contexto, as questões sociais, econômicas e políticas.

Além disso, a Psicologia pode, por meio da teoria da Análise Institucional, proporcionar e criar juntamente com a instituição um ambiente que se torne mais crítico, que repense seus posicionamentos, suas ações, que compreenda mais as relações e os sujeitos que ali estão diariamente envolvidos. A Psicologia, aliada à Análise Institucional, busca explorar as condições para que a própria escola seja capaz de repensar os problemas escolares, bem como suas possíveis saídas.

Referências

- ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 4, n. 1, 1984.
- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na Educação Básica**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.
- COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. N. **Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?** 2004. Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto22.htm&codtexto=22&cod=22&tp=t&nome_autor=. Acesso em: 12 maio 2017.
- EIZIRIK, M. Escola, saber e poder. In: EIZIRIK, M. **Educação e escola: a aventura institucional**. Porto Alegre: AGE Editora, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GARCIA, M. L. **Análise institucional: considerações sobre a clínica ampliada**. 1996. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2004.
- GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C.; MOREIRA, A. P. G.; TIZZIEI, R. P.; NETO, W. M. F. S. Psicologia e educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. especial, p. 131-141, 2010.
- LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da Psicologia Escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 17-23, jul./set. 2005.
- LOURAU, R. **A Análise Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- LOURAU, R. **René Lourau na UERJ**. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.
- MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.
- PAINI, L. D.; ROSIN, S. M.; CAMBAÚVA, L. G. **As interfaces históricas entre Psicologia e educação**. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 60-79, jun. 2010.
- PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- PEREIRA, W. C. C. Movimento institucionalista: principais abordagens. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, ano 7, n. 1, 1º semestre 2007.
- ROCHA, M. L. Psicologia e as práticas institucionais: A pesquisa-intervenção em movimento. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 169-174, maio/ago. 2006.
- RODRIGUES, H. B. C. À beira da brecha: uma história da análise institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. (Org.). **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Loucura & Civilização collection, p. 195-256. ISBN 978-85-7541-319-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>, 2000.
- SAIDON, O. *et al.* **Práticas grupais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1983.
- SOUZA, S. J. (Org.). **Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

Recebido em: 19.09.2019

Aprovado em: 09.02.2020